

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTITUCIONAL LEGAL – CTIL

Data: 18 e 19 de junho de 2007

Local: Av. Cruz Cabugá, 1387, Auditório da COMPESA – Recife - PE

PARTICIPANTES:

Poder Público Estadual (IGAM/MG): Breno Esteves Lasmar, membro titular;
Poder Público Estadual (SEMARH/BA): Larissa Cayres de Souza, membro suplente;
Poder Público Estadual (SECTMA/PE): Sandra Ferraz de Sá Wanderley, membro titular;
Poder Público Estadual (SEMARH/AL): Luiz Roberto Porto Farias, membro titular;
Poder Público Estadual (SEMARH/SE): Breno Bérison Santos, membro titular;
Poder Público Federal (MI): Rosalvo Oliveira Jr., membro suplente;
Poder Público Federal (SRH/MMA): Márley Caetano Mendonça, membro titular;
Setor Usuário (CHESF): Patrícia Maia, membro suplente;
Setor Usuário (CASAL/AL): Maria de Fátima Acioly de Castro, membro titular;
Sociedade Civil (UFBA/BA): Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, membro titular;

FALTAS JUSTIFICADAS:

Sociedade Civil (UCB/DF): Paulo Quermes, membro titular;
Setor Usuário (CEMIG/MG): Marcelo de Deus, membro titular;

AUSENTES:

Poder Público Federal (AHSFRA/CODEBA): Sebastião José Marques de Oliveira, membro titular;

CONVIDADOS:

Poder Público Federal (ANA): Wilde Cardoso Gontijo Jr.
Poder Público Federal (ANA): Giordano Bruno Bontempo
Consultora (ANA/UNESCO): Maria Luiza Granziera
Poder Público Estadual (SRH/PE): Paulo Roberto Brito
Poder Público Estadual (SRH/PE): Marcos de Brito Campos Júnior
Poder Público Estadual (PROÁGUA/Consultoria Jurídica): Ana Paula Harchambois Q. de Melo
Poder Público Estadual (SRH/PE): Patrícia Antas Barbosa
Poder Público Estadual (SRH/PE): Marcelo Asfóra
Poder Público Estadual (SRH/PE): José Almir Cirilo

RELATORIA

Silvana Sandes Tosta, responsável pela Coordenação e Suporte Técnico / CBHSF

PAUTA

Leitura e aprovação da ata da última reunião;
Avaliação da Reunião com a CCR Sub Médio;
Apresentação do Parecer do Produto 3;
Apresentação e aprovação das alterações na Deliberação 26, de 09.12.05;
Apresentação da minuta de Deliberação para a regulamentação da CTAI;
Apresentação do Estudo de Viabilidade Econômica da Agência;
Análise do Produto 4 sobre a Agência de Água da Bacia;
Apresentação do andamento dos trabalhos da CTOC acerca dos Estudos de Cobrança;

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Em função de problemas de logística envolvendo membros da CTIL e a consultora Maria Luiza de Granziera, houve uma inversão de pauta, com todos os temas do dia seguinte sendo discutidos conjuntamente no dia 18/06. Assim, à reunião deu-se início, sendo coordenada por João Lopes. Após apresentação geral, Giordano Bruno fez a apresentação “Estudo Prognóstico sobre a Viabilidade Econômico-Financeira para a Criação da Agência da Bacia Hidrográfica do Rio São

52 Francisco". Simone Rosa questiona se foi considerado o domínio federal sobre grande parte dos
53 reservatórios e açudes situados no Estado de Pernambuco, havendo também em outros estados da
54 Bacia. Informada por Giordano que as simulações realizadas não consideraram isto, Simone salienta
55 a importância de contabilizá-los na estruturação do estudo. Yvonilde Medeiros fez um relato de como
56 se deu a discussão do tema cobrança, através da ocorrência de duas oficinas, a de usuários e a
57 específica para o setor elétrico. Rosalvo Jr. sugere uma análise sobre a aplicação dos recursos
58 distribuídos aos municípios, estados e à União pela compensação financeira pela utilização dos
59 recursos hídricos (p. ex., no período compreendido entre 2001 e 2006). Maria Luiza Granziera coloca
60 que toda cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, a ser realizada na rios da
61 bacia São Francisco, terá aplicação exclusiva na Bacia em função das determinações emanadas da
62 lei federal nº 10.881, de 2004. Márley Mendonça coloca que a agência a ser instituída para receber e
63 aplicar os recursos oriundos da cobrança em rios de domínio da União na Bacia, não subtrai
64 recursos de agências que possam vir a ser criadas para administrar recursos oriundos de cobrança
65 sobre o uso em rios de domínio estaduais. Sugere que o custeio da agência seja rateado e que o
66 processo de criação da agência tem que ser por adesão. Salienta a importância de uma maior inter-
67 relação entre os Planos de Bacia de Rios Afluentes do São Francisco e o Plano de Bacia do São
68 Francisco. Yvonilde Medeiros coloca a importância da continuidade da UAR para a viabilização
69 financeira da agência e propõe que seja analisada a viabilidade da agência, a partir do quantitativo
70 financeiro que se tem. Maria Luiza Granziera faz a apresentação dos resultados do Produto 4.
71 Yvonilde Medeiros agradece pelo trabalho desenvolvido e afirma que a plenária terá em suas mãos,
72 um bom embasamento técnico para tomar as suas decisões. Informa que no dia 03 de Julho, haverá
73 uma reunião entre a ANA e a Diretoria Colegiada do CBHSF. Antes que cada participante
74 apresentasse as suas contribuições ao Produto 4, Silvana Tosta coloca a importância que as
75 mesmas também sejam enviadas por e-mail. Feitas as contribuições, a reunião do dia 18 foi
76 encerrada. No dia 19, a reunião é aberta pela secretária da Câmara Técnica, Larissa Cayres. A ata é
77 lida e aprovada em seguida. Rosalvo Jr. faz o relato de como se deu a reunião na CCR Sub Médio,
78 indicando que houve cerca de quinze participantes com debates bastante ricos em conteúdo. Com
79 relação ao Parecer do Produto 3 sobre Agência, foi esclarecido que todas as contribuições foram
80 recebidas (na SECEX) e repassadas a Ana Cacilda para a sua efetiva compilação. Acertou-se que
81 este Parecer ficaria aprovado com as ressalvas colocadas nas contribuições. Com relação ao
82 Parecer do Produto 4, este foi discutido e Larissa Cayres comprometeu-se em elaborá-lo com as
83 contribuições individuais dos membros. Rosalvo Jr. pede que o resumo do produto final do Estudo de
84 Agência a ser apresentado na plenária, passe pela análise da Câmara Técnica. Yvonilde Medeiros
85 esclarece como se dá a indicação para composição das Câmaras Técnicas. Esclarece ainda que o
86 cargo de coordenação e secretaria é de pessoas e não de entidades. Márley Mendonça coloca que a
87 não presença da Agência Nacional de Águas como membro do CBHSF e Câmaras Técnicas, foi
88 determinação da Ministra Marina Silva. Roberto Farias coloca as propostas de alteração da
89 Deliberação nº 26 do CBHSF; ao analisá-lo, foi sugerido que os regulamentos internos fossem
90 padronizados, deixando em aberto os pontos específicos a cada Câmara Técnica. Os pontos
91 analisados foram: art. 1º (mudar a ordem de competências, colocando as em comum com as demais
92 Câmaras Técnicas; a ordem seria II, III, IV, VI, VII e VIII); foi esclarecido quais seriam as
93 competências da CTAI (foco em articulação) e da CTIL (foco em institucional) e o inciso VI, do art. 1º
94 passa a ter a seguinte redação (examinar as matérias encaminhadas pelas demais Câmaras
95 Técnicas do CBHSF ou a serem encaminhadas ao plenário do CBHSF); retirada do § 3º do art. 2º, já
96 que este consta no Regimento Interno do CBHSF; Yvonilde Medeiros esclarece que os critérios de
97 composição das Câmaras Técnicas serão apresentados na plenária e que não é uma escolha direta
98 da plenária, cabendo a Diretoria Colegiada, fazê-lo; no caso da CTIL, foi sugerido que os possíveis
99 membros, sejam pessoas ligadas à área do Direito Ambiental e que seja dada prioridade a membros
100 do CBHSF. Em função do adiantado da hora, a discussão de construção do regimento interno da
101 CTAI, ficou como um ponto de pauta de uma nova reunião. O ponto de pauta *Apresentação do*
102 *andamento dos trabalhos da CTOC acerca dos Estudos de Cobrança* não foi discutido durante a
103 reunião.

104
105 **LARISSA CAYRES**
106 **SECRETÁRIA**

107
108
109

**SILVANA SANDES TOSTA
RELATORIA**